

HONNEUR ET PATRIE: O AMPARO FRANCÊS QUE SIGNIFICOU A ESPERANÇA AO EXÉRCITO BRASILEIRO

PIETRO FERRARI DA COSTA¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o legado do Exército Francês na função de mentor nas Forças Armadas Brasileiras, tendo a pretensão de aperfeiçoar a estrutura militar do nosso país e tornar nosso Exército apto para futuros conflitos. Este ensaio explora seus principais feitos durante o período em questão e a importante herança deixada pelas tropas francesas, estas que são utilizadas até os dias de hoje em ambiente militar e situações diversas no ambiente civil. Também aborda, de forma mais atual, a familiaridade entre França e Brasil nos aspectos político e econômico, fruto da Missão Militar Francesa, e sua importância nas relações internacionais e tomadas de decisões políticas entre as duas nações.

Palavras-Chave: Forças Armadas. Missão Militar Francesa. Relações Internacionais.

ABSTRACT

This article aims to analyze the legacy of the French Army as a mentor in the Brazilian Armed Forces, with the intention of improving the military structure of our country and making our Army fit for future conflicts. This essay explores its main achievements during the period in question and the important legacy left by French troops, which are still used today in the military environment and different situations in the civilian environment. It also addresses, in a more current way, the familiarity between France and Brazil in the political and economic aspects, fruit of the French Military Mission, and its importance in international relations and political decision-making between the two nations.

1. Graduando do curso de Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: pietroferraridacosta@outlook.com

Keywords: Armed Forces. French Military Mission. International Relations.

INTRODUÇÃO

As Forças Armadas de um país, independente de sua capacidade militar, tecnológica e humana, procuram realizar nos dias atuais, atividades de intercâmbio de conhecimentos com outras nações, a fim de desenvolver seu potencial, estreitar alianças, cumprir acordos governamentais, entre outros objetivos.

E isso não é uma iniciativa recente.

Desde o início da República em 1889, o Exército Brasileiro procurou planejar e conduzir medidas que modernizassem sua estrutura, como seus regulamentos, sua formação dos recursos humanos e emprego de meios militares. Essas medidas também incluíam maior contato com outros Exércitos, desde que nesse processo, mais do que o conhecimento adquirido, houvesse a introdução de uma nova forma de pensar e agir dentro da Instituição.

Militares mais capacitados foram enviados para outros países para aprender técnicas e procedimentos a fim de introduzi-las e disseminá-las, posteriormente, nas unidades de formação dos oficiais e praças brasileiros. Nesse contexto, dois países, antes e após a 1ª Guerra Mundial, foram vistos como exemplos a serem seguidos como forças militares modernas e eficazes: a França e a Alemanha.

Logo após o fim dos combates da Grande Guerra na Europa, a busca por um modelo de Exército se tornou um objetivo primordial no Estado Brasileiro, que então procurou nessas duas nações o que não havia conseguido desde a proclamação da independência em 1822, mesmo que avanços tenham sido alcançados com as diversas reformas na organização de seus quadros e efetivos que pontuaram o século XIX e início do XX.

Após muitas observações, a decisão sobre qual modelo a seguir recaiu para o preconizado pela França, uma das vencedoras da 1ª Guerra Mundial e que já influenciava o Brasil em diversos campos da nossa sociedade, como as artes, a arquitetura, a política e a ciência.

Esse modelo seria calçado na inserção de oficiais daquela nação diretamente na estrutura do Exército Brasileiro, a fim de apontar caminhos, ditar soluções e decidir sobre qual seria o nosso futuro. Um processo que ficou conhecido como Missão Militar Francesa e que teve início em 1919.

O objetivo desse trabalho é analisar as principais ações da Missão Militar Francesa que deixaram um legado no Exército Brasileiro, destacando a sua instalação sob o ponto de vista das Relações Internacionais existentes entre o Brasil e a França em um mundo que estava se reconstruindo.

1. O EXÉRCITO BRASILEIRO PÓS 1ª GUERRA MUNDIAL

Antes de surgir uma proposta de uma missão militar estrangeira, a estrutura e infraestrutura do Exército Brasileiro existentes eram completamente ultrapassadas. As instruções nos quartéis eram conduzidas sem uma metodologia que atingisse objetivos que se integrassem, gerando improvisações. A maioria das próprias instalações era antiga e pouco funcional e até os oficiais necessitavam de mais instrução para realização dos serviços prestados ao ambiente militar.

Segundo Bellintani (2016) ao ser comparado com outras nações mais ricas ou com seus vizinhos, como a Argentina, o Exército Brasileiro possuía uma doutrina arcaica no que se referia ao ambiente operacional. A autora nos fala que, no pós I Guerra Mundial, era notável a precariedade do sistema militar do Brasil, tanto na parte estrutural quanto no conhecimento de seus oficiais, situação que preocupava ao então Presidente Epitácio Pessoa e o Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras. Era necessária, nesta situação apresentada, uma nova orientação para instruir os novos combatentes e preparar o país para eventos futuros.

A junção de fatores como tropas indisciplinadas, instruções de qualidade duvidosa e falta de preparo de ações em combate geraram críticas severas de países de poderio maiores. Os Estados Unidos, como nos diz McCann (2009), afirmou que a proficiência do Brasil era inferior à da Argentina e do Chile, e não podia se comparar com a dos norte-americanos.

Bellintani (2009) afirma que a longa influência do Positivismo no Exército também contribuiu para decadência dessa Instituição enquanto uma Força que deveria ter a capacidade de organização profissional e defesa de seu território, mas o que se via eram oficiais preocupados em ocupar cargos políticos e cadeiras escolares, se distanciando dos corpos de tropa. Essencialmente antimilitarista, o Positivismo de Auguste Comte pregava a razão contra a força e a barbárie, o que apontava suas críticas a todos os Exércitos do mundo, pregando inclusive a extinção das forças armadas. A carência da profissionalização, segundo Bellintani, afastava os líderes militares daquele período das ciências bélicas, mas em contraponto, os aproximava das ciências exatas, como a matemática, a astronomia, a física,

entre outras.

Ainda segundo McCann (2009), no período de 1920, houve um acontecimento marcante no ambiente militar do país: o movimento tenentista. Nesse contexto, oficiais do Exército buscaram retomar o poder pós República Velha e obter assim ganhos políticos, com os principais militares desse movimento angariando prestígio. Esse processo trazia em seu bojo, a preocupação em ter oficiais mais voltados às aspirações políticas do que às missões profissionais que o País esperava de cada um deles.

Ainda surgiam problemas sérios nesse período: o pequeno número de civis que cumpriam o recém introduzido serviço militar obrigatório; a preferência de alguns brasileiros em se identificarem mais com a região onde nasceram do que com o país como um todo; a ocorrência de atos de corrupção dos militares devido à inflação e a crise econômica do Brasil na época.

Malan (1988) ainda reforça essa idéia de Exército ultrapassado ao citar a precariedade em material bélico, principalmente armamento, onde os fuzis alemães Mauser eram os protagonistas. Mas o âmago da Instituição é que mais preocupava, pois armamentos e outros materiais podem ser adquiridos com tempo e recursos. No entanto, valores como a disciplina e o profissionalismo de parte dos militares, inclusive oficiais, muitas vezes eram apontadas como pontos falhos, além de falta de doutrina própria e unificada, ou seja, sem os princípios norteadores da preparação e do emprego da tropa.

Era enfim, um Exército que padecia da falta de profissionais comprometidos, com o eterno problema dos baixos soldos, com armamentos e outros equipamentos bélicos obsoletos e com a falta de escolas que formassem os chefes militares que mudariam esse panorama.

2. A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL: INÍCIO E DESAFIOS

No decorrer da História houve, e ainda existem, alianças militares entre países, sendo o país mais desenvolvido e prestigiado militarmente colaborando para a evolução do país menos desenvolvido no cenário político. De acordo com Malan (1988), esses acordos poderiam ocorrer por relações anteriores de nexos envolvendo economia, política e questões culturais, ou então como maneira do país mais bem estruturado reforçar suas alianças militares com o país contratante.

O alinhamento brasileiro à Tríplice Entente na I Guerra Mundial e a participação, ainda que tímida, com a organização de uma Missão de Assistência Médica e missões de



patrulhamento marítimo, verificou-se que a possível contratação de uma equipe de assessores militares de influência mundial era importante para aperfeiçoar a estrutura do Exército Brasileiro. Segundo Malan (1988), após a I Guerra Mundial existia uma concorrência entre França e Alemanha, dois países de grande prestígio no ambiente militar, como opções ideais para liderarem os trabalhos de modernização. Mas a decisão deveria contemplar apenas uma dessas escolas de pensamento militar.

Ainda de acordo com Malan (1988), a França já havia realizado missões militares anteriores no Brasil, fortalecendo assim suas conexões com o Exército Brasileiro e se apresentando como uma forte candidata. Mas a Alemanha, mesmo derrotada no conflito mundial, não era uma opção a ser descartada, e aqueles que defendiam a vinda dos germânicos eram, principalmente, um grupo de militares que foram estagiários no próprio Exército Alemão, eram conhecidos como “jovens turcos” e se definiam contrários à contratação da França. Esses oficiais lideravam a chamada Missão Indígena que também trabalhava pela modernização do Exército. Além desses, havia os seguidores das figuras de Barão do Rio Branco e de Marechal Hermes de Fonseca, ambos favoráveis ao intercâmbio estrangeiro, mas com a Alemanha. Já a parte de apoiava o Exército da França, tinham como destaques o adido militar francês no Brasil, assim como o adido militar brasileiro na França, o Coronel Malan d'Angrogne que afirmava que seria a melhor escolha devido a uma afinidade cultural já consolidada em nosso território e por interesses econômicos. Além disso, o Exército Francês já participava de atividades semelhantes em outros países na América Latina, como o Peru e o Uruguai.

Outro fato que pesava em favor dos franceses foram as atividades anteriores, durante a I Guerra Mundial, que relacionava o Brasil com a França. Primeiro houve a Missão Aché, nome em razão do chefe da comitiva, General Napoleão Aché, que com mais 23 oficiais foram a França com a Comissão de Estudos e Compras, para estudar a doutrina francesa e conhecer seus armamentos que poderiam ser comprados para o Exército Brasileiro. Além disso, esses oficiais foram arregimentados juntos ao Exército Francês que lutava na frente ocidental. Pela Missão Aché ficou acertada a vinda dos franceses na Missão Militar a partir de 1919. E houve a Missão Médica, que foi enviada à França, já em 16 de agosto de 1918, para manter um hospital temporário a fim de contribuir para o serviço de saúde dos aliados na I Guerra Mundial, e também adquirir experiência em combate. A gripe espanhola que atingiu a Europa e o Mundo na época mudou o foco de atendimento da Missão Brasileira, mas auxiliou os franceses na redução dos danos à população local (SILVA, 2014). E por fim, houve a Missão de Aviação na França, que em 1917 enviou brasileiros para estagiar na França e

depois foi incorporada à Missão Militar Francesa para tratar do desenvolvimento da Aviação Brasileira aqui mesmo em nosso território.

A escolha provável para uma Missão Militar Francesa trabalhar no Brasil, não seria, também, uma novidade para os europeus, pois Camargo (2006) nos diz que já havia ocorrido uma participação primordial na Polícia Militar de São Paulo, em que oficiais daquele Exército, com vivência em atividades policiais em Paris, foram contratados para melhorar a estrutura da Polícia Paulista, bem como passar experiência para os membros da Força Pública, o que seria bastante útil para ações futuras.

Com o decorrer das instruções dadas durante a Missão Militar Francesa na Polícia Militar de São Paulo, sob a supervisão do Coronel francês Paul Balagny, a estrutura da instituição foi renovada como forma de ser equiparada ao “padrão francês”. Camargo (2006) afirma, também, que como fruto das ações de melhoria da corporação, houve a criação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e da Academia do Barro Branco. Suas atividades puderam deixar como legado técnicas e instruções que são usadas com eficiência até os dias de hoje, como o rádio-patrolhamento aéreo e a prática de tiro com armas não letais. A decisão de abrir escola de formação para a Polícia Militar paulista foi uma tendência também presente no trabalho que seria realizado junto ao Exército Brasileiro.

A proposta de contratar uma missão francesa visando melhorar a corporação nas partes administrativa e prática foi divulgada nos principais meios de comunicação franceses. Malan (1998) fala sobre uma notícia em destaque, publicada nos jornais franceses “Temps” e “Figaro”, em 5 de Fevereiro de 1919:

O General-de-Brigada Gamelin, da Arma de Infantaria, que comandou uma Divisão durante a Guerra, vai, a pedido do governo brasileiro, ser enviado ao Brasil, para estudar a situação e as necessidades do Exército em vista da organização ulterior da Missão de Instrução Francesa a que o Brasil resolveu fazer apelo. O General será acompanhado por um dos Oficiais da Missão Brasileira em França. (MALAN, 1988, p. 77)

O autor reforça ainda, que o General Gamelin era reconhecido pelas autoridades como um militar que valorizava seu trabalho no meio militar, agindo de forma competente e valorizando sua função. A recomendação foi feita pelo Coronel Malan, Adido Militar na França, no qual foi aceita sem qualquer hesitação por parte do Ministro Cardoso de

Aguiar, então Ministro da Guerra, e apesar de não ter muito reconhecimento por parte dos outros oficiais representantes, Gamelin foi conquistando o respeito pela sua capacidade como representante militar. Desde o início das suas atividades, com exceção de exigências das autoridades francesas em realização da sua função durante a missão, foi dada a total liberdade administrativa para reestruturar a corporação, em sua responsabilidade.

As cláusulas estabelecidas no contrato tratavam das atividades em si de assessoramento direto no desenvolvimento das escolas e dos regulamentos militares, além de aspectos administrativos, como os salários dos franceses a serem pagos pelo Brasil, e aspectos formais, como somente atender às ordens do Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro Malan (1988). Além disso, havia as condições primordiais que “o Governo Brasileiro não contratasse outras missões estrangeiras de outros países com fins militares, salvo casos técnicos para fábricas, arsenais e serviços geográficos” e que “o Governo Brasileiro daria preferência aos produtos franceses em suas encomendas de material bélico”.

Com as observações feitas, a decisão recaiu para a contratação dos franceses, ficando por conta do agora Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, a elaboração do contrato, que já estava sendo definido pelo Coronel Malan e o Ministro da Guerra francês, Georges Clemenceau.

A denominada Missão Militar Francesa teve seu início com a oficialização entre as partes do contrato, em 08 de setembro de 1919. A designação de Gamelin para chefiar a Missão foi significativa, pois tratava-se de um experiente e dedicado oficial, com grande conceito dentro de seu Exército (SHIRER, 1969). Gamelin foi também um militar profundamente preocupado com a estrutura de recursos humanos de sua instituição, lutando para que o profissionalismo fosse o ponto principal em promoções e não a política, bem como comprometido com os valores republicanos no governo. Nesse ponto, não é exagero dizer que o que a França difundia para o Brasil era um modelo que aquele país considerava como o ideal para qualquer Exército do Mundo.

É importante ressaltar que sob o ponto de vista das Relações Internacionais, uma disciplina que estava em fundação naquele momento, mas que tinha por objeto as formas de relações entre os Estados, a vitória da França em liderar uma importante missão de modernização do Exército do maior país da América Latina, trouxe consigo outros acordos que seriam tão importantes quanto.

Com o acordo técnico-militar vem o acordo econômico para venda de equipamentos militares que determinava a prioridade para os artigos franceses. O Brasil com uma indústria

incipiente para esses materiais era dependente de outros países, principalmente os EUA e a Alemanha, e agora a França queria a primazia para esse assunto (BELLINTANI, 2016).

Bellintani (2016) nos diz que, nos primórdios da missão, houve dificuldades na parte instrutiva, devido à inexistência de uma orientação militar que tornasse os oficiais mais comprometidos com a Pátria. Além disso, ainda nos cita a péssima administração por parte do Estado-Maior do Exército (EME), que nem sequer havia uma ligação política com o governo, e agia sem ações concretas para o Exército.

Foi nesse cenário que a Missão Militar Francesa iniciou suas atividades no Brasil. Araújo (2009) nos diz que foi estabelecido no contrato que os militares da França, durante quatro anos de missão, teriam o comando da Escola de Estado-Maior, de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência e Veterinária. Uma decisão, sem dúvida, muito estratégica, pois grandes escolas que formariam os principais líderes da maior força armada do maior país da América Latina estavam nas mãos de estrangeiros. A EsAO, por sinal, foi criada em 1919 já sob orientação dos franceses, com a vertente primordial de aperfeiçoar capitães para o trabalho em corpos de tropa, com prioridade de ensinamentos visando à guerra com emprego de frações nível subunidade, os elementos de manobra de um regimento. Os reflexos disso seriam sentidos durante décadas, e os militares brasileiros sabiam disso.

É conveniente lembrar que o principal objetivo da Missão Militar seria o desenvolvimento estrutural do Exército Brasileiro, bem como instruir seus oficiais para a melhor gerência na corporação, assim como uma forma de treinamento para eventos futuros. Como início das atividades, a condução da formação dos oficiais nas escolas militares, visando a criação de uma unidade na Doutrina que aperfeiçoaria a instrução dos oficiais, e que depois seria difundida nos corpos de tropa (MALAN, 1988). Ou seja, a importância de nivelar conhecimentos e padronizar procedimentos dentro da oficialidade. Essa fase de preparação obteve triunfo: em oito meses, a equipe do General Gamelin realizou revisões e adaptações das normas militares, de forma a aprimorar a formação de seus integrantes, além de renovar o ensino da Escola de Estado-Maior, bem como na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e nas Escolas de Veterinária e Intendência.

O autor ainda aponta a importância dada pelos franceses para revisar diversos regulamentos gerais que ditavam a vida do próprio Exército, com isso foi criada no Estado-Maior do Exército uma "Comissão Central", que passou a funcionar antes mesmo da chegada da missão, mas sob orientação da mesma. O General Gamelin apontou as principais necessidades de atualização a serem trabalhadas pelos brasileiros, mas com assessoria e supervisão dos franceses, sempre presentes nas comissões: Instruções sobre o Emprego das

Grandes Unidades e Instrução sobre o Serviço de Estado Maior, transformadas posteriormente em Regulamentos; e a cargo das Comissões das Armas, como foi o caso da Infantaria, onde foi decidida a criação de quatro novos regulamentos e outros quatro com possibilidade de revisão ou aproveitamento de seu conteúdo. Outros tantos regulamentos foram atualizados ou criados, sendo dez voltados ao emprego tático ou de preparo da tropa para a guerra, mas cabe assinalar a atualização do próprio Regulamento do Estado-Maior do Exército, segundo as diretrizes da Missão Militar Francesa.

Ainda segundo Malan (1988), há considerações feitas pela imprensa no Brasil, como a revista “Defesa Nacional”, que registrou análises das ações da Missão Militar Francesa e suas decorrências. No início, havia um debate da possibilidade da vinda de uma missão estrangeira, no qual era o principal assunto da revista, já que existia certo receio de não obter sucesso, mas em seguida da contratação e suas realizações, suas visões sobre a prática militar europeia foram positivas. Entre elas, existe um trecho a ser citado:

Só quem nunca refletiu sobre as dificuldades oriundas de uma transformação que se deve acomodar aos desejos e interesses de milhares de homens com igualdade de direitos, só quem nunca se informou do que têm sido as missões militares, principalmente quando o programa é a sua responsabilidade, poderá pensar que elas tenham o mágico poder de tudo transformar sem obstáculos (MALAN, 1988, p. 116).

Os militares franceses, desde quando chegaram ao Brasil após aceitar o contrato para a remodelação do Exército Brasileiro, sempre tiveram suporte de boa parte de oficiais e políticos do nosso País. Todavia, houve impasses nos primeiros anos de ação da Missão. A Missão Militar Francesa só cumpriu as primeiras cláusulas do contrato feito, que são a modernização de parte dos equipamentos e a reformulação de parte da oficialidade. Isso ocorreu devido ao desagrado dos militares por parte da gestão do Presidente da República de então, Artur Bernardes, houve também o fato do Exército ter recursos financeiros limitados e alguns conflitos políticos internos (ARAÚJO, 2009). O General Gamelin teve dificuldades em colocar em prática seu projeto devido à situação que estava ocorrendo no ambiente militar, todavia, conseguiu estudar com mais precisão os planos de defesa nacional e apresentar um novo projeto.

O autor continua seu raciocínio citando que no contrato da Missão Militar, novas

cláusulas foram feitas para distinguir onde os oficiais franceses estariam na hierarquia militar, definindo assim, suas funções específicas como consultores técnicos. Essas cláusulas foram inseridas para evitar conflitos internos no ambiente militar. O comando francês, ao revisar os conceitos básicos do Exército Brasileiro, criou procedimentos e organizações nos regulamentos, nas instruções e nas unidades, e muitas dessas ações foram deixadas como legado pelos oficiais franceses, que são utilizadas pelo Exército até os dias atuais.

Não é de se estranhar esses desentendimentos entre brasileiros e franceses. Alguns viam como um abalo em seu orgulho e até de soberania do Brasil, em termos estrangeiros ditando normas a serem seguidas por um setor tão nacionalista quanto o militar. Mas o acordo internacional, costurado dentro dos preceitos diplomáticos, falava mais forte que um orgulho ferido. Isso era ressaltado cada vez mais, quando os brasileiros sentiram que as mudanças viriam para ficar e que eram necessárias. Era a possibilidade de um novo Exército, mais organizado e profissional que estava surgindo.

Em 1921, o General Charles Mangin, importante autoridade francesa, realizou um relatório sobre os principais pontos realizados até o momento, pela Missão Militar Francesa, o que foi importante para assinalar as grandes mudanças na estrutura do Exército, apresentadas nesse artigo. Malan (1988) cita elogios por parte do oficial francês ao Chefe, o General Gamelin, devido às escolhas sábias em apontar aos seus oficiais quais caminhos que a missão adotaria. Em relação à questão educacional, cita a adoção do método de ensino na Escola de Estado-Maior, que consistia em adaptar o território brasileiro para os casos de guerra já vividos na História e desenvolver, com isso, uma forma de atuação nacional de seu Exército. Além disso, é ressaltado pelo General Mangin, a preocupação da Missão em desenvolver dois eixos de trabalho que trarão mudanças profundas na Instituição: a organização do ensino dos oficiais e a organização do próprio Exército.

No término do relatório, segundo Malan, o General Mangin elogia a situação do Exército Brasileiro, vendo a Missão caminhando com sucesso e tendo apoio do governo brasileiro. Sem dúvidas, foram elogios com grande teor diplomático e com a visão do futuro do que a Missão ainda haveria de contribuir.

Além do relatório feito pelo General Mangin, e apresentado ao Ministro da Guerra Francês, ainda temos os relatórios feitos pelas autoridades brasileiras, como do Chefe do Estado-Maior, o General de Divisão Celestino Alves Bastos, e o Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras. Malan (1988) nos mostra que as considerações feitas pelos oficiais do Brasil são compostas de comentários gerais sobre a Missão Militar Francesa, como as consequências do trabalho do Estado-Maior durante a ação da Missão, referência sobre o importante

aprendizado herdado até aquele momento e conduta do General Gamelin, destacando a camaradagem entre os militares brasileiros e franceses, mesmo com as resistências brasileiras no início. Mas o principal ponto seria a instrução de composição do novo regulamento do EME, pois é desse órgão central do Exército que emanam grandes decisões para toda a Instituição. O então Chefe do Estado-Maior, Marechal Manoel Ribeiro Monteiro, avaliando a importância dessa ação oriunda do ensinamento do Exército Francês, citou: “Encerra-se assim, uma época da existência do EME e abre-se uma outra, em que sua ação se inicia dentro de disposições mais sábias e prometedoras” (MALAN, 1988, p. 120).

Seis anos após a contratação oficializada do Exército Francês, pode-se dizer que a década de 1920 foi a que o Exército Brasileiro teve mais transformações estruturais ao longo da História. Por meio do relatório do então Chefe da Missão, é notável que a doutrina militar no Exército apresentou uma significativa evolução. Em relatórios posteriores, os ensinamentos, ainda em processo de disseminação pelas unidades militares, já apontavam significativas melhoras no nível de instrução e de capacidade profissional dos seus integrantes (MALAN, 1988). O entusiasmo pelo avanço foi ressaltado nos relatórios do Ministério da Guerra, que apontavam a necessidade dos conhecimentos provenientes da Missão Militar Francesa serem abordados na Escola Militar, onde se formavam os novos oficiais e que estava fora do acordo com os franceses. A preocupação do Ministério era o mais rapidamente possível nivelar conhecimentos modernos que poderiam estar ao alcance desde cedo aos oficiais mais jovens.

Segundo Malan (1998), durante as atividades da Missão, a metodização da formação dos novos membros do Exército apresentou uma constante evolução, o que acarretou na modernização da própria Instituição, o que também foi notado na instrução dos futuros oficiais, nas Unidades e Grandes Unidades.

O contrato que foi celebrado entre os dois países sofreu alterações em relação ao seu teor inicial, algo comum entre acordos internacionais, devido a reavaliações de objetivos, mudanças de governos e de ministros diretamente ligados ao assunto, e correções de rumo com situações novas apresentadas. Entre a nova versão do contrato e a versão anterior, a atual se originou por um entendimento mútuo entre as propostas da Missão e do Estado-Maior do Exército, sendo analisada e interpretada com mais detalhes.

Gamelin permaneceu à frente da Missão até 1925, quando retornou para a França e retomou suas atividades como oficial-general, sendo o Comandante do Exército Francês na derrota, em 1940, diante das Forças Nazistas. Outros generais o sucederam muito bem na Missão, mas não há dúvidas que sua marca de profissionalismo permaneceu como valor sempre a ser seguido por todos.

3. A ÁRDUA JORNADA ATÉ OS ÚLTIMOS INSTANTES

A partir da década de 1930, o Brasil presenciou alguns fatos políticos que mudaram os rumos da sua História. Em 1930, a Revolução que destituiu o então Presidente da República, Washington Luis, e alçou Getúlio Vargas para passar 15 anos no poder. Em 1932, a reação dos paulistas foi materializada pela Revolução Constitucionalista, e em 1935, a Intentona Comunista teve como foco inicial os próprios quartéis do Exército. Já vivendo a sua segunda renovação do contrato de quatro anos, a Missão Militar já completava dez anos quando essa década turbulenta iniciou e a oposição dos primeiros momentos já não existia. Os franceses já se tornaram familiares e o Exército Brasileiro estava com mudanças em curso, de acordo com os primeiros entendimentos. As relações entre os dois países eram melhores que nunca, mesmo com a turbulência política e a troca abrupta do poder máximo no Brasil.

Malan (1988) nos diz que, devido a Revolução de 1930, foram afetadas de forma crítica as escolas militares que tinham um papel fundamental durante a Missão Militar Francesa, com perda de conteúdo do currículo devido ao emprego de alunos nos combates e até expulsão de oficiais por integrarem tropas contrárias ao movimento.

A Revolução Constitucionalista de 1932, que provocou uma guerra civil entre forças federais e paulistas, foi bem mais sangrenta e resultou em mais de quatro mil mortos no total e reflexos nas renovações dos contratos futuros com a Missão Militar, que passaram a ser de dois em dois anos, e depois de ano em ano.

As revoluções da década de 1930, apesar de ter desestabilizado a estrutura militar e provocado uma fissura na coesão do Exército, foram determinantes para a prática das Unidades e Comandos em situações extremas, com militares em ambos os lados colocando seus conhecimentos adquiridos ao longo de dez anos em proveito dos combates. Não era exatamente isso que pensavam os franceses e os brasileiros que idealizavam a evolução na defesa da pátria, mas ao menos o batismo de fogo de toda uma doutrina já estava na História.

A coesão mostrou-se mais forte quando eclodiu a Intentona Comunista de 1935, já que seus três focos, em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro, foram sufocados por tropas leais ao Estado e ao Exército contra uns poucos revoltosos que mataram seus companheiros nos quartéis.

Sobre as novas renovações do contrato, certos oficiais brasileiros consideravam que a Missão Militar Francesa já tinha cumprido sua missão, o que ocasionou na redução dos

prazos a cada renovação até o seu fim.

Nessa década de muitas revoltas, as principais evoluções na estrutura e doutrina do Exército foram em relação às ações da Escola de Estado-Maior para o recrutamento de novos oficiais, com o advento de exames qualificatórios mais rígidos para a sua admissão, onde os futuros alunos faziam dois concursos de qualificação para serem aceitos como novos membros da Escola de Estado-Maior: primeiramente era realizado um estágio nas Unidades-Escola, por um período de um ano; depois, eram realizadas avaliações das mais diversas categorias, como por exemplo, Equitação e História Militar, sendo mensuradas de forma rígida (MALAN, 1988). A finalidade disso sempre foi valorizar o mérito, o esforço pessoal, e foi trazer para mais perto das grandes decisões aqueles mais profissionalmente engajados com a profissão.

Nessa fase, é visível por parte dos oficiais, tanto os franceses quanto os brasileiros, que estava em progresso o proposto pela Missão Militar, focando principalmente em estabelecer novos protocolos e instruir a tropa, isso com o intuito de treinamento para defrontar situações táticas. O Ministro da Guerra Góes Monteiro, em seu Relatório da Guerra de 1935, abordou o avanço didático e administrativo por parte da Escola de Estado-Maior, no qual gerou novos pretendentes convictos e determinados à defesa da nação: "A Escola entra, por essa forma, em uma nova fase de sua vida, caracterizada pelo restabelecimento da responsabilidade didática de seu corpo docente, constituído, agora, exclusivamente de oficiais brasileiros". (MALAN, 1988, p. 170)

O autor continua com seu relato citando à preparação do Exército para conflitos futuros, com o trabalho do General Góes Monteiro, o Ministro da Guerra da época, selecionando minuciosamente cada oficial em funções específicas, orientando-os exclusivamente para a Instrução das Escolas. Como resultado, houve dois cursos oriundos do assessoramento da Missão durante o começo da 2ª Guerra Mundial: o de "Superior de Informações" e "Alto Comando"; aplicados pelos Generais Lavalade e Noel, além disso, o material bélico das Escolas foi aprimorado e sua atuação foi consolidada. Pode-se também considerar como um fator importante, o surgimento da Força Aérea Brasileira, em 1941, posteriormente da criação da Arma de Aviação do Exército.

Mas ao final do ano de 1934, estava visivelmente nítido que a atuação francesa em território brasileiro estava começando a ruir. De acordo com Araújo (2009), na época presente, somente cinco oficiais franceses estavam ainda atuando como parte da Missão Militar, e diferente dos militares passados, não havia nenhum com a patente de general, e apenas um oficial advindo da França atuava na Escola Militar de Realengo. Devido à avaliação feita pelo

General Góis Monteiro, os oficiais do Exército do Brasil já estavam definitivamente capacitados a disciplinar os futuros oficiais da nação. Ainda assim, os contratos foram renovados até 1940

Ainda segundo o autor, o General Georges Chadebec de la Valade foi oficialmente o último chefe francês da Missão Militar. No fim da Missão, a França sofreu uma derrota catastrófica na Segunda Guerra Mundial, e foi obrigada a assinar a trégua, durante a ocupação nazista, em setembro de 1940. Isso acabou acarretando na abdicação da Missão, sendo seu contratado finalizado em outubro de 1940 e os militares franceses presentes na ação, repatriados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XX, o Exército Brasileiro, vivendo com uma doutrina atrasada, com uma administração desorganizada e com um efetivo improdutivo diante de sua importância para uma nação importante, decidiu em trazer militares de outro país com a tarefa primordial de se modernizar.

Estavam calçados em atividades semelhantes em outros países e mesmo no Brasil, como foi o caso da Polícia Militar de São Paulo, onde várias implementações foram tão importantes e avançadas ao que era realizado naquele momento, que permanecem até os dias atuais, mesmo com o advento de novas tecnologias, mesmo com a mudança das formas de ensino e com a agregação de mais ensinamentos de outras escolas de doutrina. O legado maior para a Polícia Militar estava na forma de pensamento como Instituição, com rigores administrativos e operacionais, dentro do mais puro profissionalismo.

Em relação ao Exército Brasileiro, que já possuía fortes ligações recentes com os franceses, como a Missão Médica e a Missão Aché, o legado mais importante foi a profissionalização e modernização do modo de pensar e agir de seus integrantes, fato esse que foi primordial para o fortalecimento do poder militar. A Missão focou no ensino militar sabendo que das escolas partiriam a “semente do desenvolvimento” para todas as demais organizações do Exército. Então a Escola de Comando e Estado-Maior, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Aviação Militar, os cursos de Oficiais Intendentes, Saúde, Veterinária, Equitação e Educação Física foram remodelados ou criados para tornar realidade o objetivo dos franceses e o que queriam os brasileiros.

Além das escolas, adotar nova postura para a doutrina de guerra e de paz do Exército Brasileiro foi outro objetivo traçado e realizado, o que aprimorou o pensamento nacional de defesa da Pátria e de administração da Instituição. Preparar a nação para a guerra, desde os tempos de paz, foi uma lição até hoje presente em regulamentos e em atividades não só

do Exército, mas do próprio Estado Brasileiro.

A criação de pequenas entidades dentro do sistema do Exército e a importante criação do Ministério da Aeronáutica na estrutura militar brasileira, após o término da presença francesa no Brasil, em 1941, foram também idealizações diretas ou conseqüências da presença daquela Missão, no caso da criação da Força Aérea Brasileira (FAB), que passou a compor, assim como o Exército e a Marinha, um terceiro elemento das Forças Armadas, a defesa nacional passou a ser mais forte e mais integral. Sua origem advinda da Aviação do Exército, fruto da Missão Militar, possibilitou sua rápida estruturação, a ponto de poder participar da II Guerra Mundial, onde atuou junto com os Aliados na Itália, e apoiou os brasileiros da Força Expedicionária na Tomada de Monte Castelo, em 21 de fevereiro de 1944, contra o Exército Nazista, além de outras inúmeras missões aéreas nesse conflito.

O conhecimento transferido ao longo dos mais de 20 anos que durou a Missão Militar Francesa, possibilitou a consolidação de uma postura na forma de atuar do militar do Exército, que extrapola a evolução das doutrinas de guerra e os avanços tecnológicos. O legado para o militar que entra na Instituição é de ser reconhecido pelos seus méritos e não por motivações políticas, é o de ter a disciplina e a hierarquia como bases, de aprimorar seus valores como coragem, lealdade e camaradagem, de conceder a devida importância para o preparo físico e intelectual ao longo de sua carreira, e de agir dentro do profissionalismo que exige a defesa de seu País.

Podemos dizer, com base nas considerações do artigo apresentado, que a Missão Militar Francesa no Brasil foi de suma importância para o desenvolvimento do Exército Brasileiro, e que foi fundamental para que as atividades militares produzissem frutos até os dias de hoje. Além disso, o projeto francês foi primordial para tornar as relações bilaterais entre Brasil e França fortes e importantes para as duas nações. A França e o Brasil continuam importantes parceiros na área de defesa, tendo, inclusive, formado uma aliança estratégica em 2008, o chamado Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-França, que envolveu a construções de quatro submarinos, sendo um nuclear com transferência de tecnologia. Além disso, a França é o país europeu que mais apóia o Brasil para se tornar um membro no assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Não só na questão política vive os acordos entre a França e Brasil. Questões comerciais também são fortemente envolvidas no bilateralismo entre os dois países, sendo nosso país o principal parceiro comercial da nação européia, com cerca de 890 de empresas no Brasil de 10% de capital francês investido. O Brasil é segundo país emergente a receber investimentos franceses, perdendo apenas para a China.

O acordo traçado há mais de 100 anos entre o Brasil e a França é de fato um marco nas relações entre nações. Um entendimento diplomático-militar que durou 20 anos e perpassou por quatro Presidentes da República do Brasil, cinco grandes revoltas, diversos Ministros da Guerra, Chefes de Estado-Maior, Chefes da Missão Militar e tantas gerações de novos oficiais que estiveram sob os desígnios das orientações dos franceses, sem que, exceto em poucos momentos, diante das resistências patrióticas, o foco em modernizar a estrutura do Exército não fosse modificado. Um acordo com viés totalmente estratégico, com objetivos longínquos e que foi importante no próximo acordo, realizado desta vez com os EUA, por ocasião da 2ª Guerra Mundial.

Quando parte da Força Expedicionária Brasileira (FEB) desfilou para o General Mark Clark, Comandante do V Exército Americano, sob o qual a FEB estava subordinada na campanha da Itália, na Segunda Grande Guerra, no dia 25 de agosto de 1944, em comemoração ao Dia do Soldado, estava presente, também, o General Chadebec de Lavallade, último Chefe da Missão Militar Francesa no Brasil. Foi um gesto de amizade da França em estar presente no batismo de guerra da Instituição que ajudou a desenvolver nas últimas duas décadas, mas que segundo McCann (1995) ficou marcado como um momento de “divisor de águas” para os brasileiros, pois a partir dali, os EUA, e não a França, seria o modelo para o Exército da maior nação latino-americana.

A França realmente não voltou a ter a primazia em influenciar os rumos do Exército Brasileiro, mas não há dúvidas, que hoje, nas atitudes de qualquer soldado do Brasil, há grande parte do que os franceses da Missão Militar aqui deixaram e que deverá permanecer durante muito tempo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. **Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937)**. Militares e Política, n.5, p. 28-46, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/anter.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BELLINTANI, A. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: Instrução, Doutrina, Organização, Modernidade e Profissionalismo (1920-1940)**. Brasília: Universidade de Brasília,

Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2009. Disponível em: file:///F:/2009_AdrianalopBellintani%20Tese%20MMF.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

BELLINTANI, A. Relações França-Brasil: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v.17, n. 1. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/M47e17005>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CAMARGO, T. **Segurança**: Centenário da Missão Militar Francesa de Instrução da PM, 2006. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/seguranca-centenario-da-missao-militar-francesa-de-instrucao-da-pm/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Ministério da Defesa. A Reforma Militar e seu significado para a Defesa Nacional**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/o-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1554828&_101_type=content&_101_urlTitle=a-reforma-militar-e-seu-significado-para-a-defesa-nacional&inheritRedirect=true. Acesso em: 20 jan. 2020.

MAGALHÃES, J. **A Evolução Militar do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. v. 343. (Coleção General Benício).

MALAN, A. **Missão Militar Francesa de Instrução Junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988. v. 262 (Coleção General Benício).

MCCANN, F. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. v. 310 (Coleção General Benício).

MCCANN, F. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo:

Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. v. 462 (Coleção General Benício)

SHIRER, W. **A queda da França: O Colapso da Terceira República**. São Paulo: Record, 1969. v. 2 Acesso em: 20 mar. 2020.

SILVA, C. E. M. **A Missão Médica Especial Brasileira de Caráter Militar na Primeira Guerra Mundial**. Revista Navigator, v. 10, n. 20. 2014. Disponível em: https://www.revistanavigator.com.br/navig20/art/N20_art2.pdf Acesso em: 10 mar. 2020.